

De punição à penitência: alguns aspectos da eticidade do trabalho no pensamento de Locke

Flavio Gabriel Capinzaiki Ottonicar

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

fottonicar@gmail.com

Resumo: A presente comunicação pretende tecer considerações sobre alguns aspectos da eticidade do trabalho no pensamento do filósofo inglês John Locke, na medida em que tal pensamento manifesta duas características que marcaram a maneira de compreender o trabalho na modernidade: o trabalho enquanto punição e o trabalho enquanto penitência. O caráter punitivo do trabalho já se manifestava como atributo típico das camadas sociais inferiores e essa forma de apresentar o trabalho foi predominante nas tradições greco-romana e medieval. Mas, a partir da modernidade e especialmente após a Reforma protestante, o trabalho torna-se ato virtuoso. Assim, ainda que sem perder estigma da punição, o trabalho ganha a forma de castigo autoimposto e louvável. Por isso trata-se agora de punição aceita, buscada e socialmente valorizada. Daí seu caráter penitencial. Locke, que vive o século XVII e escreve seus principais textos no final desse período, não abandona totalmente o caráter punitivo do trabalho, mas relativiza-o em favor do aspecto penitencial. Três são os fundamentos éticos apresentados por Locke: a) é uma determinação de Deus; b) é necessário devido à vulnerabilidade humana frente à natureza; c) melhora as condições de vida dos seres humanos na terra. Os dois primeiros fundamentos encontram-se na seguinte passagem: “quando deu o mundo em comum para toda a humanidade, Deus ordenou também que o homem trabalhasse e a penúria de sua condição assim o exigia” (*Segundo Tratado Sobre o Governo*, §32). Já o segundo fundamento encontra respaldo no seguinte trecho da mesma obra: “Deus, que deu o mundo aos homens em comum, deu-lhes também a razão, para que se servissem dele para o maior benefício de sua vida e de suas conveniências” (*Segundo Tratado Sobre o Governo*, §26). As duas passagens citadas revelam que, embora o trabalho tenha caráter punitivo (é necessário devido à precariedade da condição humana), é também uma virtude apreciável (melhora a condição de todos). Nisso consiste o caráter de punição e penitência do trabalho na forma como Locke o apresenta.

Palavras-chave: Locke; Trabalho; Ética; Punição; Penitência.

Para abordar temas como o trabalho no pensamento de um filósofo do século XVII é preciso levar em conta a alteração de perspectiva que orbitou esse assunto na passagem do renascimento para a idade moderna. Ainda que não componha o microcontexto de Locke, esse deslocamento do papel social do trabalho precisa ser levado em conta, já que o pensamento de Locke o manifesta de forma clara e incisiva. Por esse caminho se compreende o fato de que para Locke, além de necessário, o trabalho é dever na medida em que há expressa determinação divina para tal: “quando deu o mundo em comum para toda a humanidade, Deus ordenou também que o homem trabalhasse” (LOCKE, 2005, pp. 412-413, §32).

Do ponto de vista ético, é possível afirmar que a ideia de trabalho transitou de pura punição à penitência. Seu caráter punitivo foi enfatizado como atributo típico das camadas sociais inferiores nas tradições greco-romana e medieval, mas torna-se ato virtuoso na modernidade, especialmente após a Reforma protestante. Por outro lado, enquanto penitência, o trabalho não abandona

completamente o estigma do castigo, mas ganha a forma de castigo autoimposto e louvável. Por isso, já não se trata mais de mera punição, mas de punição aceita, buscada, valorizada. Daí seu caráter penitencial.

O trabalho enquanto punição não foi totalmente abandonado no pensamento de Locke, mas o caráter punitivo foi sem dúvida relativizado em favor do aspecto penitencial. Por isso, esses dois focos estão simultaneamente presentes em Locke: o trabalho é ontologicamente necessário — dada a insalubridade da condição humana — mas é moralmente desejável dada a ordem expressa de Deus.

Os fundamentos da realocação do trabalho no mundo a partir da modernidade têm também forte relação com a Reforma Protestante. De fato, seria difícil tratar do aspecto moral do trabalho sem levar em conta o papel determinante que a religião exerce sobre essa questão. Nesse sentido, destacam-se as práticas religiosas de orientação calvinista como um dos principais fundamentadores da realocação do trabalho na malha moral do europeu moderno¹. E mesmo na Inglaterra, onde a Reforma foi iniciada pelo Estado e onde prevaleceu a igreja anglicana (tendo o “judicioso Hooker”, que Locke tanto admirava², como um dos seus principais doutrinadores), as ideias de Calvino estiveram bastante diluídas nas inúmeras seitas e agrupamentos cristãos ao longo do século XVII.

Não há como conquistar, pelas obras, o merecimento da salvação. O que resta ao homem se não agir para merecer a melhor das recompensas, qual seja, a vida eterna? Uma resposta bastante intuitiva parece afirmar que, na medida em que a vida extramundana já se encontra determinada, resta a humanidade justamente a vida intramundana. E o trabalho, em sentido amplo (que reúne não apenas as artes mecânicas, mas também as artes liberais), torna-se a atividade acessível a todo indivíduo, independentemente do estamento social.

Assim, isso que poderia ser chamado de “ideário calvinista” não foi estranho a Locke. Seu pai, por exemplo, era calvinista (LASLETT, 2005, p. 24) e o próprio Locke cresceu em meio a “uma rede puritana³ de famílias” (LASLETT, 2005, p. 23). A nova localização do trabalho na moralidade da Europa ocidental, decorrente da Reforma e, sobretudo, de sua variante calvinista, estava, sem dúvida, presente na defesa que Locke reiteradamente fez do trabalho, especialmente o trabalho manual⁴.

Pode-se assim compreender, por exemplo, o motivo pelo qual Locke recomenda tão enfaticamente o aprendizado de um trabalho manual em *Alguns Pensamentos Sobre a Educação* (1693):

Não vacilo em dizer que gostaria que o meu gentil-homem aprendesse um ofício; sim, um ofício manual [...] as artes manuais, que para serem adquiridas e praticadas exigem o trabalho do corpo, têm como resultado não só aumentar a nossa destreza e a nossa habilidade para o exercício, mas também fortificar a nossa saúde. (LOCKE, 2019, pp. 242-243)

Além disso, Locke chega a recomendar que a criança fabrique seus próprios brinquedos:

1 Nesse sentido, é bastante conhecida a posição de Max Weber, e sua obra sobre *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, na qual as ideias de predestinação e vocação são elencadas para explicar o papel que o trabalho assume no desenvolvimento do capitalismo a partir, em especial, das ideias de Calvino.

2 Richar Hooker (1554-1600) foi um dos fundadores da teologia anglicana. Locke não apenas o cita reiteradas vezes nas suas principais obras — como o *Ensaio Sobre o Entendimento Humano* (2012, p. 747), os *Dois Tratados Sobre o Governo* (2005, p. 448) e em *Alguns Pensamentos Sobre Educação* (2019, p. 194); como ainda recomenda sua leitura em *Alguns Pensamentos a Respeito de Leitura e Estudo para um Cavalheiro* (2007, p. 438).

3 Puritano era o nome um tanto quanto genérico dado a várias vertentes do protestantismo britânico que em geral estavam em desacordo com a Igreja Anglicana. Tiveram um papel importante na colonização dos Estados Unidos da América e, segundo Tocqueville (1987, p. 33), além de constituir uma doutrina religiosa, o puritanismo confundia-se, “em vários aspectos, com as teorias democráticas e republicanas mais absolutas”.

4 Boyd (2002), por exemplo, discute e analisa a influência do “pensamento econômico calvinista do século anterior [ao de Locke] e do discurso econômico predominante no tempo de Locke” (BOYD, 2002, p. 31, tradução nossa). No referido trabalho são apresentados vários elementos de aproximação entre o calvinismo e Locke, no que diz respeito aos impactos da teologia calvinista na forma de se pensar questões como, por exemplo, o trabalho, a propriedade e a caridade.

como é que podem então [...] ter os brinquedos se nenhum brinquedo lhes deve ser comprado? Responderia que as próprias crianças os devem fazer, ou, pelo menos, ensaiar-se, aplicar-se a este *trabalho* até que tenham adquirido esse talento. (LOCKE, 2019, p.165, grifo nosso)

E não somente estimula o trabalho manual como Locke também possui fortes ressalvas quanto às chamadas *artes liberais*⁵. Segundo as recomendações educacionais de Locke, os preceptores devem ser instruídos em latim e lógica (competências relacionadas ao *trivium*), mas apenas essas habilidades não são suficientes para converter a criança em um homem distinto (LOCKE, 2019, p. 115). Para Locke, habilidades como civilidade, polidez e cortesia relativas a “todo gênero de pessoas, épocas e lugares” (LOCKE, 2019, p. 115), abrem “mais amplamente o caminho para o êxito [do pupilo] do que todas as palavras técnicas ou todos os conhecimentos que tenha adquirido estudando as *artes liberais*, ou aproveitando a ciência enciclopédica do seu preceptor” (LOCKE, 2019, pp. 118-119, grifo nosso).

Locke deixa claro ainda sua reprovação à preguiça e ao sedentarismo. Nas suas recomendações sobre educação, o filósofo faz várias censuras ao “temperamento preguiçoso” (LOCKE, 2019, p. 159, §126) da criança: “não se pode [...] esquecer de fazer trabalhar a criança, nem a deixar crescer nos hábitos da preguiça e endurecer nessas más disposições” (LOCKE, 2019, p. 98, §75). E em um manuscrito intitulado *Trabalho* (1693), contemporâneo ao seu texto sobre a educação, Locke afirma que o trabalho preserva os “bons e virtuosos” aos “males da ociosidade ou das doenças que acompanham o estudo constante numa vida sedentária” (LOCKE, 2007, p. 406).

Mais do que isso, Locke ainda lamenta o fato de ter havido uma tradição nobiliária que desprestigiou as artes “úteis”; “honestas” e “mecânicas” em favor de “empregos ociosos e inúteis”:

Quem dera se a luxúria das cortes e, graças a seu exemplo, os eminentes inferiores não houvessem descoberto empregos ociosos e inúteis para si mesmos [...] lançando o trabalho honesto nas artes úteis e mecânicas inteiramente na desgraça em que a parte estudiosa e sedentária da humanidade, além da parte rica e nobre, foram privadas da defesa natural e verdadeira contra as doenças. (LOCKE, 2007, p. 406)

Importante observar que Locke expressou em vários campos — e sobretudo em seus textos da maturidade — uma espécie de antitradicionalismo. A valorização do trabalho manual frente ao trabalho do intelecto e ao estudo sedentário é, juntamente com a rejeição do absolutismo e da intolerância religiosa, uma dessas formas.

Difícil também não notar as observações médicas de Locke, que associa os males e doenças à vida sedentária e ociosa: “é a isso que podemos atribuir justamente a melancolia, a gota e todos os outros padecimentos da saúde sob os quais a parte de homens preguiçosos voluptuosos, ou atarefados estudiosos inutilmente debilita grande parte de suas vidas” (LOCKE, 2007, p. 406).

Portanto, ainda segundo o paradigma weberiano, que associa a Reforma protestante ao *ethos* capitalista, encontramos em Locke alguns elementos que indicam o acolhimento da moderna visão de trabalho pela cultura europeia do final do século XVII. Entre esses elementos está aquilo que pode ser chamado de função social do trabalho, ou seja, ou trabalho individual tomado como benéfico a toda a sociedade.

Para os calvinistas, a vocação para o trabalho, para um ofício ou profissão, no sentido em que o protestantismo a tomou, carrega o significado de obediência ao chamado divino e tem também o sentido de “expressão exterior de amor ao próximo” (WEBER, 2004, p. 73). Deve-se trabalhar cada um segundo sua vocação, pois o conjunto da humanidade há de se beneficiar do fato de

5 A tradição medieval legou aos modernos a divisão entre *artes mecânicas* e *artes liberais*. Enquanto nas primeiras tradicionalmente se incluem a agricultura, tecelagem, comércio, navegação, entre outros, as artes liberais eram divididas em *trivium* (gramática, retórica e dialética) e *quadrivium* (música, astronomia, aritmética e geometria).

cada um exercer com perícia e presteza o ofício que lhe foi dado por Deus. Não é por acaso que Locke diz:

quantos encontraremos entre os que ficam parados diante de seus livros ou de seu prazer [...] [e] se torna[m] um membro inútil da república na idade madura [...] enquanto o artesão sóbrio e trabalhador, o camponês frugal e laborioso cumprem bem suas partes e alegremente prosseguem em sua tarefa até uma vigorosa idade avançada. (LOCKE, 2007, pp. 406-407)

No *Segundo Tratado Sobre o Governo* (1691), Locke também afirma que antes do surgimento da escrita e da história nas sociedades civis, houve o estabelecimento de “artes mais necessárias”, responsáveis por prover “segurança, conforto e abundância” (LOCKE, 2005, p. 473, §101). Em última instância, as artes ou ofícios que provêm segurança, conforto e abundância para a sociedade civil são mais necessárias e vêm antes daquelas voltadas para as atividades do espírito, relacionadas à leitura e à história. Não é difícil imaginar que as artes mais necessárias à sociedade e que são também aquelas que suprem a sociedade com segurança, conforto e abundância, são as artes manuais que Locke privilegiava. O bom proveito delas significa benefícios a toda a sociedade.

Segundo Boyd (2002, p. 42), foi comum entre os escritores do século XVII — Locke inclusive — a distinção entre preguiça e industriiosidade metaforicamente associadas a deterioração do bem comum e justo direito ao uso, respectivamente. Assim,

aqueles que trabalham são prestativos para si mesmos, para Deus e para sua nação; enquanto ser preguiçoso, esbanjador e devedor é ser um desperdiçador dos outros homens, um destruidor da criação e das criaturas, alguém que perturba a si mesmo e aos outros, desperdiçando o estoque comum. (BOYD, 2002, p. 42)

É sobretudo daí que se pode pensar a eticidade não apenas do trabalho em geral, mas especificamente das artes mecânicas, e, quanto a isso, Locke foi taxativo. Em um texto de 1677, o filósofo afirma categoricamente que o trabalho mecânico melhorador do mundo natural constitui “um amplo campo de conhecimento *adequado para o uso e benefício dos homens* neste mundo” (LOCKE, 2007, p. 324, grifo nosso). E, no mesmo escrito um pouco mais adiante, prossegue:

Como a tarefa do homem consiste em ser feliz neste mundo graças ao desfrute das coisas da natureza subservientes à vida, saúde, ao conforto e prazer [...] os únicos conhecimentos de que necessitamos para alcançar esses fins são os da história e observação dos efeitos e operações dos corpos naturais [...] tanto quanto estão em nosso poder [que implica no] desfrute adequado de nossos corpos. (LOCKE, 2007, pp. 327-328, grifo nosso)

Como possível consequência dessa realocação do trabalho manual na esfera moral, a bem-aventurança intramundana ganha o significado de sinal da eleição divina. Os escolhidos são também os prósperos, e os prósperos são os laboriosos. Novamente, destaca-se o caráter penitencial do trabalho, que não perde totalmente, como já foi dito, seu caráter punitivo, mas torna-se algo desejável na medida em que está diretamente relacionado ao pertencer aos eleitos de Deus.

Cabe dizer que aqui não se pretende tomar partido na discussão sobre as opiniões teológicas de Locke, mas apenas aferir a influência das ideias de Calvino no pensamento do filósofo, na medida em que a circulação dessas ideias foi certamente intensa na época em que viveu⁶.

Portanto, Locke, apesar de não ter sido um calvinista *stricto sensu*, elaborou um pensamento que sem dúvida espelha os valores que a Reforma disseminou na Europa. A moralidade do trabalho mecânico, bem como a censura da preguiça e do excesso de estudo só têm seu devido espaço

6 Locke foi acusado de ser sociniano pelo Bispo de Worcester, em sua resposta ao *Ensaio Sobre o Entendimento Humano* (SANTOS, 2019, p. 258); além de ser associado ao “unitarismo” por Herbert McLachlan (1941) e Maurice Cranston (1957); instigador do deísmo e latitudinário (WALLACE, 1984, p. 50).

neste mundo após o estabelecimento dos princípios da Reforma protestante, especialmente a de orientação calvinista, devido à sua valorização do trabalho em detrimento à ascese “ociosa”.

Precisamente nessas condições históricas surge o que mais tarde o pensamento das relações econômicas chamaria de *valor-trabalho*, ou seja, a ideia de que o valor de um bem — ou de uma mercadoria, no léxico econômico — é determinado pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la. Locke ainda não pensa em termos de valor de troca, valor de mercado etc., mas sua maneira de justificar a propriedade privada sem precisar apelar ao contrato social, acabou por dar um importante passo no sentido de estabelecer a relação entre trabalho e valor:

Pois na verdade é o trabalho que estabelece em tudo a diferença de valor; basta considerar a diferença entre um acre de terra plantada com fumo ou cana, semeada com trigo ou cevada, e um acre da mesma terra deixado ao bem comum, sem qualquer cultivo, e perceberemos que a melhora realizada pelo trabalho é responsável por grandíssima parte do seu valor. (LOCKE, 2005, §40)

Entre as contribuições de Locke ao pensamento político, a questão do trabalho como fundamento da propriedade privada é bastante notável. Se o trabalho carregava um significado negativo, relacionado à punição pelo fato de o humano ser um ser corrompido e pecador, o entusiasmo com a ciência nascente, assim como a valorização das artes mecânicas, conferiu ao trabalho uma ressignificação na semântica da modernidade. Assim, aquilo que um dia foi tomado por algo puramente negativo e punitivo passa a ser visto como algo favorável e proveitoso. Daí o caráter penitencial que o trabalho adquire a partir de Locke e dos modernos.

Referências

- BOYD, R. The Calvinist Origins of Lockean Political Economy. *History of Political Thought*, vol. 23, no. 1, 2002.
- LASLETT, P. A teoria social e política dos Dois tratados sobre o governo. In: LOCKE, J. *Dois tratados sobre o governo*. Trad. Julio Fischer. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LOCKE, J. *Dois Tratados Sobre o Governo*. Trad. Julio Fischer. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *Ensaio Político*. Trad. Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *Alguns Pensamentos Sobre a Educação*. Trad. Madalena Requixa. Lisboa: Edições 70, 2019.
- SANTOS, A. C. O Ateísmo no Pensamento Político de John Locke. *Kriterion*, Belo Horizonte, 2019, pp. 257-277.
- TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Universidade de São Paulo, 1987.
- WALLACE, D. D. Socinianism, Justification by Faith, and The Sources of John Locke's The Reasonableness of Christianity. *Journal of the History of Ideas*, vol. 45, no. 1, 1984.
- WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Trad. José Marcos M. de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.